

Medidas para estabilizar a economia

por Claudia de Souza de Brasília

• as renúncias fiscais deverão ser suspensas por um período longo (alguns meses) para serem revisadas pelo Congresso;

• a sonegação fiscal, que corresponde, segundo a conta do novo governo a 7% do PIB, é o traço do programa já explicitado pelo governo;

• o Banco Central deixa de financiar o Tesouro;

• a emissão de moeda fortemente restrita é ponto de honra do novo presidente do Banco Central.

As transmissões de cargos nos ministérios que terão lugar após a cerimônia

de posse do presidente eleito refletem o início de re-
forma administrativa.

• reestruturação dos salários públicos com cortes das gratificações e eventual colocação em disponibilidade dos funcionários de órgãos extintos ou considerados ociosos para reanejamento e demissões nos casos de acúmulo de cargos;

• extinção e não preenchimento de 15 mil cargos de confiança;

• acabam os chamados escritórios regionais de órgãos da administração federal, atingindo principalmente o Rio de Janeiro.

A reforma patrimonial deverá incluir a venda dos

ativos da União entre eles imóveis da Previdência e um programa de privatização de empresas estatais que também será a base, na forma de conversão de dívida externa em ações de empresas estatais, da renegociação da dívida externa.

A equipe econômica de Zélia esteve reunida praticamente todo o dia de ontem até a madrugada de hoje reunida na Academia de Tênis para concluir a redação das medidas econômicas.

Enquanto isso, o Bolo de Noiva viveu seu último dia. Os corredores e a ante-sala junto aos gabinetes do novo

governo chegaram a ter, por volta das 16h30, uma centena de pessoas que ficaram na expectativa de fatos tão dispersos como a indicação do novo secretário da Ciência e Tecnologia ao jogo de vôlei acertado para domingo entre Collor e Bernard Rajman de um lado da rede e Magri e Zico do outro. Na melhor tradição do funcionalismo público brasileiro, foi levado ao presidente um bolo recheado em açúcar corado de cinza o prédio do Bolo de Noiva e ele cumprimentou, durante alguns minutos, parte da pequena multidão que tentou chegar ao seu gabinete.

Medidas para estabilizar a economia

GAZETA MERCANTIL

5 MAR 1990

por Claudia de Souza de Brasília

O novo presidente da República toma posse hoje às 9h30 anunciando suas medidas para estabilizar a economia. Poderá decretar, no Diário Oficial com a data de hoje, que circulará no final do dia, um aumento substancial de todas as tarifas e preços públicos. Seria o primeiro passo para aplicar o que na equipe de Fernando Collor de Mello está sendo conhecido por "plano de paralisação do movimento de preços e contratos para efeito de desindexação e organização da economia" — expressão que substituiria o convencional "congelamento".

A futura ministra da Economia, segundo apurou o editor Ivanir José Bortot, solicitou nesta segunda-feira ao ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, que promovesse uma recomposição de todas as defasagens existentes até agora nas tarifas de energia elétrica, telefônicas e postais, além do au-

mento dos combustíveis, ainda pendente, de 35% e aumentos esperados do pão, leite, trigo e farinha de trigo.

A aprovação não foi obtida pelo ministro junto ao presidente José Sarney e a publicação desses aumentos no Diário Oficial da data de 14 de março — evitando assim que saíssem aumentos no dia da posse — foi sustada. O Diário Oficial de 14 de março traz apenas as exonerações dos ministros e assessores diretos do velho governo e últimas publicações de atos já aprovados pelo Congresso, conforme relata o editor Arnolfo Carvalho.

No Diário Oficial do dia 16, a ser publicado no início do dia, serão publicadas as medidas econômicas. Em grandes linhas, elas deverão se resumir no seguinte:

• Os salários seriam reajustados com base na inflação de março, e depois obedeceriam ao esquema de desindexação idealizado pela equipe econômica para todos os preços da economia (preços, salários e câmbio), qual seja, a provável prefixação com redutor.

• Para equacionar a questão cambial, a solução mais provável é a de um leilão de câmbio para importações e exportações, com uma taxa administrativa para os pagamentos da dívida externa.

• O pacote tributário, no que diz respeito ao setor produtivo, baseia-se na mudança do ano fiscal e numa forte taxa de receitas líquidas não-operacionais das empresas sobre o balanço de 1989.

• As aplicações financeiras também deverão ser taxadas progressivamente de modo a desestimular as operações de curto prazo.

• Pequenos aplicadores não devem ser afetados pelo aumento do Imposto sobre Operações Financeiras.

• O aumento da alíquota para 35% do Imposto de Renda deve atingir apenas as empresas e pessoas físicas com alta renda.

(Continua na página 6)

Novos nomes foram anunciados ontem para compor a equipe do presidente Collor de Mello. Para a presidência da Caixa Econômica Federal (CEF) vai Laffayette Coutinho Torres e para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi indi-

cado o economista Eduardo Modiano. O físico José Goldemberg será o secretário de Desenvolvimento Tecnológico. O embaixador Marcos Coimbra vai acumular, temporariamente, a Secretaria da Presidência da República com a Secretaria de Desenvolvimento Regional.

O segundo escalão do Ministério da Infra-Estrutura tem a seguinte composição: Paulo César Ximenes para a Secretaria Executiva; João Marciano Rauber para a Secretaria Nacional de Comunicações; Luiz Oswaldo Norris Aranha para a Secretaria Nacional de Energia; Luiz André Rico Vicente para a Secretaria Nacional de Minas e Metalurgia; e Marcelo Ribeiro para a Secretaria Nacional dos Transportes.

(Ver páginas 7, 9 e 10)